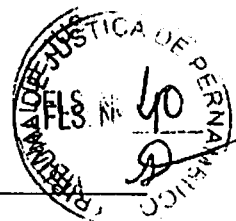




PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



HABEAS CORPUS Nº 200140-3

IMPETRANTE: Roberta Rodrigues Pitanga – Defensora Pública

154

PACIENTE: Elimar Lopes de Araújo

RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Nilton de Araújo Barbosa

EMENTA: PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS
LIBERATÓRIO. EXTORSÃO. ALEGAÇÃO DE
EXCESSO DE PRAZO. PRISÃO DECORRENTE DE
SENTENÇA CONDENATÓRIA TRANSITADA EM
JULGADO. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO
ILEGAL. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. Não se configura constrangimento ilegal por excesso de prazo para formação da culpa, quando a prisão do paciente decorre de sentença penal transitada em julgado;
2. Ordem Denegada. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do *habeas corpus* nº 200140-3, em que figura como impetrante a Defensora Pública Roberta Rodrigues Pitanga e paciente Elimar Lopes de Araújo, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia 16 de dezembro de 2009, por decisão unânime, em denegar a ordem, tudo conforme consta no relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 16 de dezembro de 2009.


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

155

HABEAS CORPUS Nº 200140-3

IMPETRANTE: Roberta Rodrigues Pitanga – Defensora Pública

PACIENTE: Elimar Lopes de Araújo

RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Nilton de Araújo Barbosa

RELATÓRIO

A Defensora Pública Roberta Rodrigues Pitanga impetrou a presente ordem de *habeas corpus*, com requerimento de concessão de medida liminar, em favor de Elimar Lopes de Araújo, qualificado nos autos, apontando como autoridade coatora o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito da 9ª Vara Criminal da Comarca de Recife/PE, juízo perante o qual o paciente responde ao processo nº 001.2005.013733-7.

Relata a impetrante que o paciente foi preso em flagrante delito no dia 29/12/2004, sob a acusação de praticar o delito de extorsão.

Alega a impetrante que o paciente sofre constrangimento ilegal por excesso de prazo para a formação da culpa, pois se encontra custodiado desde a data da prisão em flagrante, sem que a instrução criminal tenha se ultimado.

Em razão do exposto, a impetrante pleiteia o relaxamento da prisão cautelar do paciente.

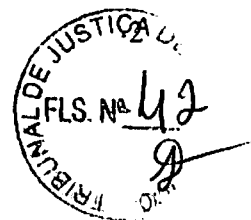
A inicial veio instruída com os documentos de fls. 08/13.

Decisão Interlocutória, às fls. 20/21, indeferindo o pedido de liminar, solicitando informações à autoridade apontada como coatora, que as prestou às fls. 24/26 e acostou a certidão de fl. 27.

JAMC



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



156

O Ministério Público Estadual, em parecer da lavra do Procurador de Justiça, Dr. Nilton de Araújo Barbosa, opinou pela denegação da ordem, às fls. 35/36.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Como visto, a presente ordem de *Habeas Corpus* foi impetrada com o fim de sanar suposto constrangimento ilegal suportado pelo paciente, o qual foi preso em flagrante delito, pela suposta prática de tentativa de extorsão, delito este capitulado no artigo 158, *caput*, c/c art. 14, inciso II, ambos do Código Penal.

Extraí-se da denúncia, acostada às fls. 08/10, que o paciente foi preso por tentar extorquir a quantia de R\$ 1.000,00 (mil reais) da vítima Rosemere de Lima Rodrigues, como resgate de sua filha menor, Inês de Lima Barreto, desaparecida desde o dia 16/12/2004.

Consta ainda da exordial acusatória que após o desaparecimento da menor, a irmã desta, de nome Edite de Castro Sá Barreto, utilizou serviços de programas de televisão para receber informações a respeito do paradeiro de Inês e mencionou o telefone de nº 32276255. O paciente se aproveitou da situação para intentar o crime, passando a telefonar para a vítima Rosemere, exigindo o referido valor como resgate de sua descendente.

Em virtude da prática de tal conduta, o paciente foi preso em flagrante delito no dia 29/12/2004.

A impetrante alega que o paciente se encontra preso cautelarmente desde o flagrante, sustentando, assim, a existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo para a formação da culpa.

No entanto, quando das informações (às fls. 25/26), a autoridade apontada como coatora informou que "*realizada a consulta no Sistema Judwin,*



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



157

foi verificado que o réu responde a três outros processos em Varas Criminais da Capital. Sendo um deles na oitava vara criminal. Nesta, conforme certidão anexada ao presente pedido de informações, consta que o acusado responde pelo mesmo crime e contra a mesma vítima do processo que foi distribuído a esta nona vara criminal”.

De acordo com a mencionada certidão (fl. 27), percebemos a existência de outro feito criminal, este sob o tomo nº 001.2005.000296-2, no qual é imputado ao paciente o mesmo fato delitivo que também originou a acusação feita no processo de nº 001.2005.013733-7, objeto da presente impetração.

Por isso, a autoridade impetrada noticiou que “*neste caso, sendo determinada a competência pela prevenção, o juízo da oitava vara criminal é o competente em virtude de ter despachado o processo com antecedência a este juízo. Além do mais já houve naquele juízo, sentença penal condenatória proferida, condenando o réu Elimar Lopes de Araújo a cinco anos e oito meses de reclusão, conforme certidão da oitava vara criminal”.*

Em virtude de tal constatação, a autoridade apontada como coatora determinou o arquivamento dos autos em curso na 9ª Vara Criminal da Capital.

Como se nota, não há que se falar em constrangimento ilegal, posto que o processo foi baixado por determinação judicial, e ainda, o paciente foi condenado a 05 (cinco) anos e 08 (oito) meses de reclusão e 27 (vinte e sete) dias –multa, por ter no dia 29/12/2004, tentado extorquir a quantia de R\$ 1.000,00 (mil reais) da vítima Rosemere de Lima Rodrigues.

Assim, como bem relata o Procurador de Justiça, Dr. Nilton de Araújo Barbosa, em parecer de sua lavra:

“Constatando que a autoridade coatora declinou de sua competência para julgar a ação penal em referência, tendo em vista a ocorrência de prevenção, e considerando ainda a prolação da sentença na primeira dessas ações, condenando o paciente a 05 (cinco) anos e 08 (oito) meses de reclusão, tenho por

JAMC



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



158

descaracterizada a alegada coação ilegal por excesso de prazo, visto que a prisão do paciente decorre agora de sentença condenatória (...)”.

Em face de tudo o que foi exposto, em consonância com o parecer ministerial, voto pela denegação da ordem.

É como voto.

Recife, 16 de dezembro de 2009.


Desembargador Antonio de Melo e Lima
Relator